

CONFERÊNCIAS

A POLÍTICA DE SIGILO DOS MONARCAS PORTUGUÊSES DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS (*).

Na discussão da sempre empolgante tese de prioridades em se tratando de descobrimentos marítimos, principalmente no que tange ao Novo Mundo, a ela comparecem os historiadores portugueses com grande entusiasmo. Mas quando se lhes pedem os documentos que provem os legítimos direitos de Portugal nessas prioridades, a resposta vem de súbito e invariavelmente afinada por este diapasão: eles foram retirados dos arquivos portugueses e levados para Salamanca a partir de 1580, quando Portugal passou para o domínio da Espanha; os que não tiveram esse destino, consumiu-os a ação do tempo e o terremoto de Lisboa de 1755; finalmente que há escassez de tais documentos, uma vez que naquela época, o governo português fazia questão fechada de manter o máximo sigilo em se tratando de empreendimentos marítimos.

Raciocinemos um pouco.

Que interesse poderia ter Filipe II em se apoderar dos documentos relativos às pretensas descobertas martimas pré-colombianas dos portugueses na América, se nessa época, 1580, praticamente o Novo Mundo já tinha sido todo descoberto e a partilha deste continente, na parte que podia interessar a Espanha e Portugal, de há muito estava feita pelo Tratado de Tordesillas?

Admitindo-se, porém, só para argumentar, que os espanhóis tivessem retirado dos arquivos portugueses tais documentos, melhor ocasião para tirar partido deles não podia ser encontrada que em 1750, no Tratado de Madri, quando esses dois países da península ibérica procuraram e conseguiram retificar as fronteiras de suas colônias na América. No entanto, Castela que nessa época era mais poderosa que Portugal, aceitou o ponto de vista português do *uti possidetis*.

(*) — Palestra proferida na Sociedade de Estudos Históricos em outubro de 1957 (Nota da Redação).

Vai aqui um reparo da nossa parte. Os livros onde foram copiadas as cartas de doações de D. João II a favor dos ilhéus, notadamente dos açoreanos, que propunham descobrir ilhas ao ocidente dos Açores, não foram levados para a Espanha, como também não foram os documentos comprovantes dos descobrimentos autênticos, tais como os de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Gaspar Côrte Real e outros. Os espanhóis só retiraram dos arquivos portugueses os papéis que, dizem, atestavam as descobertas anteriores a de Colombo no Novo Mundo.

Quanto ao terremoto de Lisboa, achamos deveras interessante ter êle poupado inúmeros e importantes documentos e destruído somente aquêles que podiam provar a prioridade dos descobrimentos portugueses na América.

E, quanto à ação do tempo, é uma alegação irrisória. Documentos contemporâneos à época das pretensas viagens de navegantes portugueses ao Novo Mundo são encontrados em perfeito estado de conservação, tanto nos arquivos da Europa como no da Torre do Tombo.

Vejamos, antes de tudo, resumidamente, a contribuição estrangeira nos descobrimentos marítimos dos portugueses ao longo da costa ocidental da África, a participação de banqueiros e mercadores italianos e alemães no transporte e comércio das especiarias do Oriente e, depois, para concluir, o que ocorreu no Ocidente, isto é, na América.

Em 1317, o rei D. Diniz, por alcunha "O Lavrador", sexto rei de Portugal e que viveu de 1261 a 1325, conferiu ao genovês Emanuele Pessagno o título de almirante e o encarregou de organizar a armada portuguesa, para isso mandando fazer uma grande plantação de pinheiros em Leiria para construções navais (1).

No reinado de D. Afonso IV, em 1341, a mandado dêsse monarca o italiano Niccoloso da Recco e mais o seu compatriota Angiolino del Tegghia de Corbizi, que faziam parte do Estado Maior do almirante Pessagno, partiram em busca das Canárias onde realizaram desembarque (2).

Após a tomada de Ceuta por D. João I, em 1415, o príncipe D. Henrique que tinha sido encarregado pelo seu pai do govêrno das coisas da África, levou para Portugal o piloto espanhol Juan de Morales que fôra prisioneiro dos mouros, e convidou o cosmógrafo e fabricante de cartas e instrumentos náuticos, Jácomo de Maiorca, a colaborar na empresa marítima da costa ocidental da África (3).

-
- (1). — Damião Perez, *História dos Descobrimientos Portugêses*, Pôrto, 1943, página 26.
(2). — Carlos Errera, *L'Epoca delle Grandi Scoperte*, Milão, 1926, página 212.
(3). — Costa Brochado, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, 1942, página 230.

Na vila de Raposeira, perto do cabo de São Vicente, em 1454, o infante D. Henrique recebeu e contratou para prestar-lhe serviços o célebre navegante veneziano Alvise de Cà da Mosto que, em 1455 percorreu a costa ocidental da África até a foz do Gâmbia, e em 1456, em companhia do navegante genovês Antoniotto Usodimare, avançou mais para o sul atingindo a foz do Geba (4).

Antônio da Noli, genovês, e mais o navegante português Diogo Gomes, em maio de 1460, descobriram as ilhas de Cabo Verde (5).

Quando estava sendo construída em 1482 a fortaleza de São Jorge da Mina ou logo depois, em companhia de Diogo de Azambuja, Colombo visitou essa localidade e disse que não era inabitável como queriam alguns (6).

Martim Behaim, natural de Nuremberg, em 1484 tomou parte numa expedição portuguesa sob o comando de Diogo Cão, a qual navegou cerca de 200 léguas além da foz do rio Congo. Viveu Behaim nos Açores, na ilha do Faial, de 1486 a 1490, onde certamente ficou a par das tentativas dos açorianos em procurar terras ao ocidente (7).

Da frota de Cabral que, como sabemos, partiu em 9 de março de 1500 para a Índia, faziam parte dois navios armados por particulares, sendo que um deles de nome *Anunciado*, pelos mercadores florentinos Bartolomeu Marchioni e Girolomo Sernigi (8).

João da Nova, galego, em 5 de março de 1501, foi enviado à Índia com 4 navios, sendo um destes equipado por Bartolomeu Marchioni e comandado também pelo florentino Fernando Vinetti (9).

Descoberto o Brasil por Cabral, o rei D. Manuel mandou uma expedição explorar o seu litoral, da qual participou o cosmógrafo e navegante florentino Amerigo Vespucci, como figura de relêvo (10).

Em 10 de fevereiro de 1502 partiu para a Índia, sob o comando de Vasco da Gama, uma armada composta de 15 navios, sendo que um deles era comandado pelo italiano Giovanni Buonagracia (11).

(4). — Rinaldo Caddeo, *Le Navigazioni di Alvise de Cà da Mosto*, Milão, 1928, páginas 159 a 280.

(5). — Costa Brochado, *obra citada*, página 373.

(6). — Apostila de Colombo na *Historia Rerum Ubique Gestarum* por Enea Silvio Piccolomini, que foi o papa Pio II, falecido em 1464 em Ancona.

(7). — João de Barros, *Décadas da Ásia*, Lisboa, 1778, década I, liv. IV, cap. II, página 282.

(8). — *Códice Riccardiano* 1910, da Biblioteca Riccardiana de Florença, páginas 47a-48a, página 48 ab.

(9). — João de Barros, *obra citada*, livro V, cap. X, página 105.

(10). — *Códice Riccardiano* 1910, páginas 52b-55b.

(11). — *Notícias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, Lisboa, 1867, volume II, página 156.

Na frota que partiu de Lisboa para a Índia em 6 de abril de 1503 sob o comando de Afonso de Albuquerque, estava incorporado um navio de Bartolomeu Marchioni sob as ordens dos italianos Giovanni da Empoli e Bonavita de Albon (12).

A firma alemã Welser, com sede em Augsburg, mediante assentimento do rei D. Manuel, mandou com a armada portuguesa que partiu de Lisboa para a Índia em 25 de março de 1505, três navios para realizar compras de especiarias (13).

Mais uma vez, em 1512, Giovanni da Empoli, com permissão do governo português, partiu para a Índia com o fito de comprar especiarias para o mercador Bartolomeu Marchioni (14).

E, para finalizar, sabido é que o governo português, apesar das disposições expressas que proibiam o acesso de estrangeiros à costa da Guiné, permitiu que italianos explorassem diretamente o ouro da Mina (15).

Por outro lado, os pretensos precursores de Colombo, tais como Diogo de Teive, Fernão Teles, João Vaz Côrte Real, Fernão D'Ulmo e outros, sendo êste último flamengo, partiram dos Açores em procura de ilhas ao Ocidente. Mas já nessa época era elevada a população flamenga nesse arquipélago, notadamente nas ilhas do Faial e Pico, que impossível seria guardar sigilo de qualquer descoberta levada a efeito.

Ora, com essa enorme e contínua colaboração de estrangeiros que se nota nas viagens e descobertas marítimas dos portugueses ao longo da costa ocidental da África, no comércio das especiarias do Oriente e nas tentativas dos ilhéus portugueses para encontrar ilhas ao ocidente dos Açores, só um ingênuo poderá dar crédito ao apregoado sigilo dos monarcas lusitanos a que se refere a maioria dos historiadores portugueses. Segrêdo, se havia, era de polichinelo.

Nós sabemos que naquela época os preparativos para a partida, mesmo de um só navio, de qualquer pôrto, com o objetivo de realizar descobertas, mobilizava um elevado número de pessoas, além da maruja pròpriamente dita, tais como os fornecedores de viveres, de lenha, de água, de remédios, de agasalhos, de calçados, de velas e cordas, de armas, de explosivos, etc. Também eram mobilizados os calafetadores, os tanoeiros, os boticários, os cirurgiões e os carpinteiros. Pode-se admitir que tôda essa gente fôsse ce-

(12). — *Noticias*, etc. volume II, página 221.

(13). — Sophus Ruge, *História da Época dos Descobrimentos*, tradução portuguesa, Lisboa, página 147.

(14). — *Noticias*, etc. volume II, página 222.

(15). — *Diarii de Marino Sanuto*, vol. IV, col. 621, citado por Peragallo Prospero, *Cenni intorno alla colonia italiana*

ga, surda e muda, nada podendo assim revelar do que ocorria nas viagens que realizavam? Pode-se admitir que naquela época não existia o suborno? Ou quem sabe os navios daqueles tempos eram do tamanho de brinquedos, fáceis de serem escondidos, quando de retôrno das viagens, nas gavetas das escrivaninhas dos monarcas portugueses?

O sigilo, com relação às terras do Ocidente ou melhor da América, nos conduz a êste paradoxo: Portugal que tinha levado quase um século para encontrar o caminho marítimo para a Índia com o escopo de enriquecer o seu comércio prejudicando aquêles das repúblicas de Veneza e Gênova, não guardava o menor segredo desse seu grande empreendimento e navios de armadores particulares e até de italianos e alemães como os dos Marchioni, Sernigi, Welser, Fugger, Hochstetter, Hyrssfogel, Imhof e outros, eram incorporados às frotas portuguesas que partiam para a Índia com o objetivo de transportarem para o Mediterrâneo e Europa Central as especiarias do Oriente. Ao contrário, as terras do Ocidente, do Novo Mundo, habitadas quase tôdas por selvagens, alguns até antropófagos, cobertas de impenetráveis florestas, tôdas elas improdutivas, eram mantidas sob o máximo segredo!

Vejamos agora, para finalizar, e em resumo, o famoso Tratado de Tordesillas a que, a todo o momento, recorrem os que defendem a "política de sigilo" dos monarcas portugueses, em se tratando de empreendimentos marítimos, principalmente no Novo Mundo.

As tentativas portuguesas para encontrar ilhas ao Ocidente, foram feitas unicamente no hemisfério norte da América, partindo os navegantes principalmente dos Açores. Quanto ao hemisfério sul, o silêncio é absoluto, não existindo nenhuma carta de doação a favor de qualquer navegante que desejasse procurar ilhas ou terra firme. Ora, o Tratado de Tordesillas, como pretendem os historiadores portugueses, foi o resultado da política sagaz de D. João II. Sendo assim, como então explicar não apanhar a linha de demarcação a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, exceção da gélida Groenlândia, nenhuma terra no hemisfério norte do Novo Mundo?

Alegam que em Tordesillas os delegados de Portugal visaram garantir a posse do Brasil, cuja existência era do conhecimento de D. João II. Então por que logo após a assinatura desse tratado, não mandou esse monarca, ou o seu sucessor (D. Manuel), uma armada efetivar essa posse e dar início a exploração, pelo menos, do litoral brasileiro, o que só ocorreu depois do descobrimento por Álvares Cabral?

O que vemos em realidade depois de firmado o tratado em apreço é o seguinte: os ingleses procuram e encontram terras no

hemisfério norte, na zona boreal (1497-1498, João e Sebastião Caboto); os espanhóis tendo a frente Colombo, navegam nesse mesmo hemisfério e realizam novas descobertas. Tomando o rumo sudoeste, aportam ao litoral atlântico da América Meridional, inclusive do Brasil (1498-1499-1500, Colombo, Pinzon, Hojeda, Vespucci, Juan de la Cosa, Diogo de Lepe e outros).

Atrasados, tanto no hemisfério norte (1500, Gaspar e Miguel Côrte Real) como no sul (1500, Álvares Cabral), chegam ao Novo Mundo os que tinham conhecimento seguro da existência de terras ao ocidente, arribam os portugueses!

Ora, se isso é sagacidade, era ela muito precária entre a gente do govêrno português da época de D. João II e de D. Manuel.

Se bem que Joaquim Bensaúde no seu trabalho *Lacunés et surprises de l'histoire de découvertes maritimes* (Coimbra, 1930), recorre à "política de sigilo" para justificar a ausência de qualquer documento provando a prioridade dos portugueses no descobrimento da América, inegavelmente que o "pontífice máximo" desse método extravagante de cuidar de História é o historiador português Jaime Cortesão que, no fascículo primeiro da revista lisboeta *Lusitânia*, correspondente ao mês de janeiro de 1924, escreveu um longo artigo subordinado ao título — *Do sigilo nacional sôbre os descobrimentos* —, onde procura convencer os seus leitores de que a Portugal pertence tôdas as prioridades em se tratando de descobrimentos marítimos, mas que os documentos comprobatórios de tal afirmativa não podem ser exibidos, porque de acôrdo com a "política de sigilo" dos monarcas portugueses, principalmente de D. João II e de D. Manuel, foram êles propositalmente destruídos!

*

* *

A crítica não tem sido favorável a tese de Cortesão, mesmo na sua terra natal, apesar de seus historiadores, com raras exceções, serem de desmedida vaidade nacional.

No Congresso do Mundo Português realizado em Lisboa em 1940, êsse historiador apresentou um trabalho intitulado *Teoria geral dos descobrimentos*, onde tudo gira em tôrno da "política de sigilo" dos monarcas portugueses. Em 1941, o professor Duarte Leite publicou em Lisboa um livro tendo por título *Coisas de Vária História*, onde critica severamente o referido trabalho de Cortesão, dizendo logo de início o seguinte:

"De fato, o autor não se amolda ali aos preceitos estabelecidos em História, pois além de se comprazer em

conjeturas arriscadas e supérfluas, insiste em acertos duvidosos ou inexatos de anteriores escritos seus, e acrescenta-lhes outros ainda menos aceitáveis. Guiado pela ânsia, aliás louvável, de atinar com coisas inéditas em campo já respigado, e arrastado pela sua poderosa imaginação, abusa com frequência das hipóteses, arrimo por vèzes indispensável do passado remoto, convertendo-as em certezas: e acaba por nos oferecer uma teoria não histórica, *mas romantizada dos nossos descobrimentos*, à qual se pode aplicar, dum modo geral e sem lhe minguar o valor, o dito conhecido de Leibnitz: contém coisas boas e coisas novas, mas as boas não são novas e as novas não são boas” (16).

Na Argentina o erudito historiador Roberto Levillier também escreveu sôbre a “política de sigilo”, provando a inconsistência da tese defendida por Cortesão. Entre outros argumentos de que se serviu Levillier para rejeitar a proposição dêste historiador português, destacamos êste:

“En el siglo XV y en el XVI, teniendo Portugal la iniciativa de la expansión marítima, era plausible que sus secretos aumentaren en la medida en que ella se fuera extendiendo en el espacio. Lo que no puede admitirse es que los guardase *contra sus intereses*, y hoy aparezcan como merecimientos asombrosos, revelados por un radar mágico, que habría sincronizado sus pulsaciones a siglos de distancia. Esto es sustituir el antojo a testimonios valederos. Para muestra basta ésta: don Juan II protestó contra las Bulas de 1493, porque la línea proyectada le parecía lesiva. Los partidarios de la política del secreto hallan excelente esta oportunidad para sostener que ni se erguía para obtener algunas leguas más de espacio oceánico, sino porque *sabía* que existía por allí una tierra firme, *sabía* cuál era su ancho y cuál su alto, y *sabía* que le tocaría una buena parte, empujando el meridiano divisorio a 370 leguas de las islas del Cabo Verde, en vez de 100 de las Azores. Quieren con esto insinuar los “secretistas” que don Juan poseía un conocimiento del nuevo mundo austral, de sus formas y medidas, *previo* al de Colón y tan secreto, que hasta el día de hoy no se sabe a quién se deba esta prioridad, ni cuánto, ni dónde, ni cómo se hizo el descubrimiento... Tal manía aberrante acabaría por transformar la historia en tinglado de frases, o dominio de videntes” (17).

Na França, o professor Guy Beaujouan, numa comunicação sôbre as origens da navegação astronômica nos séculos XIV e XV,

(16). — Duarte Leite, *Coisas de Vária História*, Lisboa, 1941, página 2.

(17). — Roberto Levillier, *América la bien llamada*, Buenos Aires, 1948, volume I, página 185.

feita no colóquio de história marítima, realizado em Paris na Academia da Marinha em 1956, assim se referiu em relação à “política de sigilo”:

“La thèse catalaniste se trouvant ainsi ramenée à de plus justes proportions, il importe de voir maintenant si la navigation astronomique ne serait pas née, sous l'égide d'Henri de Navicateur, grâce à la fameuse (et quelque peu mysthique) “Académie de Sagres”.

“Mais ici se pose aussitot un problème méthodologique des plus arduos: c'est celui du *secret* dont les Portugais auraient entouré leurs découvertes. On peut, à ce sujet, consulter avec profit Cortesão (Jaime) *Génesis del descubrimiento*. Barcelone, 1947 (tome III de *l'Historia de América* dirigée par Antonio Ballesteros”.

“Malheureusement, qui dit *secret*, dit, en fait, absence de documents: l'historien désarmé se trouve dès lors abandonné aux seules fantaisies de son imagination; que le nationalisme s'en mêle par surcroît, et l'on pourra toujours prêter aux Portugais n'importe quelle découverte: *plus elle était considérable, dira-t-on, plus elle était secrète et moins il y a de chance d'en trouver trace dans les archives ou les chroniques de l'époque*” (18).

A melhor apreciação que conhecemos sôbre a “política de sigilo”, inegavelmente é aquela do professor da Universidade de Harvard, almirante Samuel Eliot Morison, que se encontra entre as páginas 76 e 86 do seu livro publicado em 1940, em Cambridge, intitulado: *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*. Devidamente autorizado pelo Autor, aqui reproduzimos traduzido para o vernáculo tal estudo.

A Política de Sigilo.

“Consideremos, antes de prosseguirmos na análise das viagens para o sul, o que os portugueses chamam de “política de sigilo” ou de “mistério”, com relação às descobertas marítimas (124). De acôrdo com o conceito

(18). — *Le Navire et l'Économie Maritime du XVe au XVIIIe siècles*, Paris, 1957, página 107.

(124). — A melhor exposição desta política é um artigo de Jaime Cortesão, *Do sigilo nacional sôbre os descobrimentos, Lusitânia*, I, 45-81, que li numa tradução manuscrita de W. A. Bentley, *The National Secret of the Portuguese Discoveries in the Fifteenth Century*, na Biblioteca do King's College, Londres. O ponto principal do argumento poderá ser encontrado em *Geographical Journal* LXXXIX, 30-32. A *política de sigilo* é uma hipótese muito recente, do presente século. O visconde de Santarém, por exemplo, em suas *Recherches sur la priorité de la découverte* (1842), pp. 190-193, torna a contar as histórias de Barros sôbre os segredos de D. João II, sem, contudo, atribuir a essas anedotas uma política geral de toda a dinastia, enviando expedições secretas em todas as direções.

de certos historiadores de Portugal, esta suposta política da corôa portuguesa preenche tôdas as inconvenientes lacunas dos arquivos. Não importa, dizem êles, que não haja prova a respeito das descobertas de Teive e Velasco, de João Vez, de Teles, de D'Ulmo e de outros navegantes, uma vez que os reis portugueses sempre guardaram segredo sôbre tal assunto com receio de que a Espanha ou qualquer outro país reclamasse prioridade de descobertas. Os navegantes portugueses, devemo-nos lembrar, nunca voltaram para casa de mãos vazias. Conseqüentemente, devem ter obtido algum resultado após tantas viagens para oeste e noroeste. Se não temos provas diretas das descobertas, é em razão da mistificação dos monarcas ou do nosso imperfeito conhecimento dos fatos”.

“No entanto, que prova temos dessa *revelação do século XX*, da “política de sigilo”, que foi desconhecida dos historiadores anteriores? O expoente máximo dessa teoria, Dr. Jaime Cortesão, apresenta um fato incontestável e uma montanha de conjeturas. Eis o fato: — em 1504 o rei D. Manuel proibiu a construção de globos e a reprodução de mapas da África além do rio Manicongo (125). Porém o que existe a respeito de descobertas no período anterior a 1500, com exclusão da África? As côrtes portuguesas em 1481 solicitaram a D. João II que não permitisse estabelecessem em seus domínios os estrangeiros, notadamente os genoveses e os florentinos, alegando que êstes para nada serviam, a não ser para roubar metais preciosos e ficar senhores dos reais segredos da África e das ilhas (126). Porém, parece não haver prova de que o rei tenha tomado providência nesse sentido. Um jovem genovês chamado Cristóvão Colombo, acompanhou Diogo de Azambuja em 1482, quando êste construía São Jorge da Mina. Fernão D'Ulmo que recebeu carta de doação em 1486 para realizar descobertas, era flamengo. Ao mesmo tempo Martim Behaim, de Nuremberg, não foi apenas bem recebido em Portugal, mas também nomeado membro da Real Junta de Matemática e armado cavaleiro da Ordem de Cristo. Behaim assinalou no seu globo de 1492, todos os segredos portugueses que conhecia (127)”.

“Outras provas que os historiadores modernos apresentam da “política de sigilo” são estas: a cópia manuscrita da *Crônica da Guiné*, de Azurara, parece estar incompleta. Mapas e esboços desapareceram do *Esmeral-*

(125). — *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 1892, página 139.*

(126). — *Geographical Journal, LXXXIX, citando Santarém, Memória para a história e teoria das côrtes gerais, pt. xi, p. 219, ff.*

(127). — E. G. Ravenstein, *Martim Behaim. Its life and his globe*, Londres, 1908, pp. 30-32; G. H. T. Kimble, “Notes with special reference to M. Behaim's Globe”, *Scottish Geographical Magazine, XLIX (1933), 91-98.*

do de Situ Orbis (128). João de Barros no prólogo da sua *Décadas da Ásia*, lamenta a falta de cuidado dos cronistas ao relatarem os grandes feitos das descobertas (129). Góis, na sua crônica de D. João II, aponta a falta de cuidado da parte de Rui de Pina, que nem mesmo menciona a importante viagem de Bartolomeu Dias, na sua crônica dêsse rei (*). Barros narra, além do mais, depois de mencionar a descoberta das ilhas do gôlfo da Guiné, no reinado de D. Afonso V, o seguinte:

“Também se descobriu a ilha de São Thomé, Anno Bom e a do Príncipe, per mandado del Rey Dom Afonso, e outros resgastes e ilhas, das quais não tratamos em particular por não têrmos quando e per que capitães forão descobertas. Porém sabemos na voz comum serem maes cousas passadas e descobertas no tempo deste Rey do que temos escrito, assi como uma ilha que ainda hoje per nós não é sabida e foi achada no anno de quatrocentos e trinta e oito annos” (130).

“Baseando-se nessas insinuações e no que *não* se encontra nas crônicas coevas, conclui o Dr. Cortesão: “os documentos foram seqüestrados; era proibido reproduzir em mapas as novas terras; as obras náuticas tornaram-se livros secretos; lendas proibitivas sôbre as terras des-

-
- (*) . — *Nota do tradutor*. Por mero descuido e não em obediência à “política de sigilo”, é que Rui de Pina não faz nenhuma referência na sua crônica sôbre a passagem do caba da Boa Esperança por Bartolomeu Dias. Tanto isso é verdade que até um estrangeiro, como Colombo, teve conhecimento dessa viagem e tomou nota dela no seu exemplar do *Imago Mundi* do cardeal Pedro Ailly, com as seguintes palavras: “Em dezembro de 1488 desembarcou em Lisboa, Bartolomeu Dias, capitão de 3 caravelas que o sereníssimo Rei de Portugal tinha enviado a descobrir terras da Guiné. E referiu ao mesmo sereníssimo Rei que tinha... até um cabo que êle denominou da Boa Esperança, o qual estimamos ser Agesinba e que êste lugar se acha em 45° ao sul do equador”... (*Raccolta Colombiana*, parte I, volume III).
- (128) . — G. H. T. Kimble, introdução a Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* (Hakluyt Society, 2a. sér., LXXIX), p. O Sr. Kimble que é o inglês que mais defende a “política de sigilo”, declara acreditar que os mapas foram subtraídos por ordem real a fim de que o público não obtivesse informação. Mas admite que, no século XVII, estavam todos nos respectivos lugares!
- (129) . — *Ásia* (edição de 1778), p. (6) do prólogo dirigido a D. João III. Acaso não será isso apenas uma desculpa convencional do autor pela sua falta de habilidade em escrever um trabalho digno dos ilustres antepassados de seu real patrono?
- (130) . — *Ásia*, déc. I, liv. ii, ch. 2 (edição de 1778, I, i, 146). Êle continua narrando a história de um comandante português nas Índias, em 1525, ao qual foi dito por um piloto nativo que numa ilha, das Molucas, chamada São Mateus, havia, em duas árvores, uma inscrição dizendo que os portugueses aí haviam estado há oitenta e sete anos (descoberta secreta das Molucas?). Esse trecho de Barros, separado do incrível conto de São Mateus a qual se referia como generalização destinada a preparar o leitor, é uma espécie de texto sagrado dos amigos do sigilo que deixam de mencionar o inconveniente fato de que Barros estava se referindo às viagens africanas e indus, e não às atlânticas. Desde 1440 havia um contínuo comércio ao longo das costas ocidentais da África. Pode-se supor, conseqüentemente, que se tenha perdido a narração de muitas viagens, sem que tenha havido uma política partidária do sigilo.

cobertas foram propaladas, e os navegantes obrigados a fazer um juramento de sigilo” (131).

“Existe aqui qualquer coisa, além da natural decepção que os investigadores da História percebem ao constatar a pouca atenção dada pelos cronistas da época, aos acontecimentos que particularmente os interessavam (**). Foi Barros realmente menos feliz do que Richard Hakluyt, que demonstrou a mesma falta de cuidado nas narrativas das primeiras viagens ultramarinas dos ingleses? Talvez um pouco mais, com relação a África. Mas é somente com relação às viagens africanas que Barros e Góis fazem referência. A princípio o príncipe D. Henrique mostrou-se pressuroso em utilizar italianos nas viagens de descobertas, como recorreu aos maiorquinos para ensinar navegação. Cá da Mosto, por exemplo, conta o fato de ter seu navio sido detido pelo mau tempo em Sagres, e ter D. Henrique enviado um emissário a bordo propondo equipar um navio para qualquer capitão veneziano que desejasse realizar uma viagem à África e repartir com êle os lucros (132). Mais tarde, quando os portugueses desenvolveram um lucrativo comércio de escravos, pimenta, marfim e ouro — a Companhia de Lagos (***) teve um lucro de 500% em 1485 — e logicamente êles tornaram-se mais exclusivistas. Apesar do monopólio de Portugal na África Ocidental ter sido reconhecido por uma série de bulas de papas, os seus direitos eram disputados por outros países e seus lucros ameaçados por traficantes da Inglaterra, Holanda, Gênova e particularmente da Espanha. Castela só reconheceu o domínio português na costa

(131). — *Geographical Journal*, LXXXIX, 31. O Sr. G. H. T. Kimble afirma na *Geographical Review*, XXIII (1933), 653-59, que os portugueses, quando encarregaram Fra Mauro de fazer para êles um mapa-múndi, em 1459, devem ter ocultado algumas informações (ou então êle não usou as que êles lhe forneceram), pois o seu mapa deixa de mencionar explorações africanas já realizadas nessa data.

(**). — *Nota do tradutor*. Não é de acertar, como pretende Cortesão, terem os cronistas deixado de narrar certas descobertas realizadas por nautas portugueses, em obediência à “política de sigilo”. Se alguns descobrimentos realmente realizados não foram divulgados, devemos atribuir aos cochilos dos cronistas, pois que ainda hoje, no pino da reportagem, muitos acontecimentos de grande importância passam despercebidos aos repórteres.

Devemos também levar em consideração que as crônicas resultam de fontes indiretas; que os cronistas geralmente tinham por escopo enaltecer as façanhas dos reis e dos poderosos, omitindo o que desagradava a tais personagens; e que pouco ou nada se preocupavam com a vida social, com os interesses econômicos e com as navegações.

(132). — *Voyage of Cadamosto* (G. R. Crone, ed. Hakluyt, 2d ser. LXXX, 1937), pp. 4-5. Há várias referências em Azurara à inclinação e mesmo a preferência do príncipe D. Henrique pelos estrangeiros.

(***). — *Nota do tradutor*. Os armadores de Lagos e alguns navegantes italianos como Cá da Mosto, Usodimare e Noli, eram sócios do infante D. Henrique na empresa da costa d'África. D. Henrique consentia que êles fôsem traficar com os africanos, sob a condição de lhe darem um quinto do que trouxessem.

da Guiné, depois de uma curta guerra, terminada com o tratado de Alcáçovas em 1479. Mas os soberanos espanhóis nunca tiveram pressa em cumprir com o prometido, restringindo a prática do tráfico pelos seus súditos (133). Indubitavelmente D. João II que era por natureza reservado, fez todo o possível para conservar em segredo os grandes lucros que estava auferindo com o comércio da África Ocidental e para esconder particularidades da costa d'África e das ilhas”.

“Esse traço de seu caráter e a diretriz de sua política, podem ser ilustrados pela seguinte anedota: a fim de desencorajar os traficantes da costa d'África, D. João II fez constar que só as caravelas de velas latinas eram capazes de realizar a viagem de retorno de São Jorge da Mina, forte este que foi construído em 1482. Os materiais de construção para lá eram enviados em navios bojudos, de velas quadradas, chamados *hurcas* que o rei, a fim de que se acreditasse nessa ficção, fazia destruir depois de entregar a sua carga. Na realidade as *hurcas* podiam regressar muito bem, pois os portugueses haviam descoberto o jeito de deixarem-se levar pela corrente da Guiné para evitar a corrente marítima que dirige-se para leste. Mas um piloto que fez esta afirmativa à mesa do soberano, foi por êle prontamente repreendido. Depois D. João desculpou-se, dizendo saber que o piloto tinha razão, mas que não desejava que se suspeitasse da verdade” (134).

“Não havia, entretanto, sigilo sobre o fato de Portugal ter descoberto a costa africana abaixo do cabo Bojador. Seu domínio aí era reconhecido pela Espanha e pelos papas. Pedem-nos, no entanto, para inferir dessa exclusividade da política nacional de D. João e de D. Manuel em relação à África, que êles e seus predecessores não só descobriram secretamente a América do Norte e o Brasil, mas conservaram essas descobertas tão em sigilo que preferiram permitir que a Espanha se apropriasse dessas terras, a revelar o segredo. Tal era o sigilo, que os reis portugueses não revelaram sua anterior descoberta da América, nem mesmo durante as negociações [de Tordesillas] em que repartiam o Novo Mundo! Com outras palavras, pedem-nos para acreditar que os reis de Portugal eram discretos por prazer e que colocaram o sigilo a par da idiotice.

“Mesmo com relação à África, muitos segredos foram revelados. D. Afonso V presenteou, em 1453, o rei de Nápoles com uma cópia da *Crônica da Guiné*, de Azurara;

(133). — J. W. Blake, *European Beginnings in West Africa* (1937), pp. 37-62.

(134). — Garcia de Rezende, *Crônica d'El Rey D. João II*, Chs. 24, 149, 180; citado pelo Visconde de Santarém, *Recherches sur la priorité de la découverte* (Paris, 1842), pp. 190-193.

em 1486 D. João II enviou amostras de pimenta de Benin para Flandres e outras partes; vários mapas italianos de 1460 estavam perfeitamente de acôrdo com as descobertas portuguezas na África. O mapa de 1489 (ou no máximo de 1490) de Henricus Martellus Germanus já assinala a viagem de Bartolomeu Dias que só regressou no último mês de 1488. E o mapa de Cantino de 1502, desenhado por cartógrafo português, em Lisboa, para uso de um príncipe italiano [Hercule D'Este, duque de Ferrara], é surpreendentemente exato no que diz respeito aos descobrimentos portuguezes na África, Ásia e na Terra Nova (135). Conseüentemente não é muito verossímel que o govêrno português tenha conseguido guardar sigilo sôbre tão importante descoberta, como a de uma nova terra além dos mares, mesmo que tivesse tido a estupidez de tentá-lo”.

“De um modo geral é verdade que existiu uma política portugueza de sigilo com relação à África. Porém essa política só em um ponto difere da política colonial exclusivista de outras nações. Filipe II não anunciava a data da partida dos seus galeões, nem a rainha Elizabeth notificou seu real primo da Espanha, que Sir Walter Raleigh estava prestes a fundar uma colônia inglêsa na Virgínia. Mas a única prova da política portugueza de sigilo com relação à descoberta da América é a falta de prova de uma descoberta da América pelos portuguezes”!

“Para se tirar conclusões de uma tal política, devemos demonstrar qual o seu significado. Era natural que os portuguezes tentassem guardar para si os detalhes das costas d'África Ocidental. Mas qual teria sido o motivo para guardar segredo sôbre a descoberta da América e permitir que a Espanha se apoderasse do *Mundus Novus*? Fidelino de Figueiredo faz a surpreendente afirmativa de que D. João II recusou os serviços de Colombo, “porque já possuía informações relativas às terras do Ocidente mais positivas que as supostas pelo Almirante” (136). Por que então não agiu de acôrdo com essas informações? A atitude do rei para com Colombo quando êste regressou triunfante a Lisboa, depois da sua primeira viagem, claramente demonstra que D. João II então nada sabia de positivo sôbre as terras transatlânticas. Ele acreditava, relata o cronista Rui de Pina, “que essa descoberta fôra feita dentro dos mares e têrmos do seu senhorio

(135). — J. W. Blake, obra citada, pp. 64-65; G. R. Crone, em *Geographical Journal*, LXXXIX, 456-57. Dos mapas mencionados, o veneziano e o de Martellus de 1489, estão no Museu Britânico, Egerton MS. 73 e Add. MSS. 15.760. Os mapas italianos de Benincasa, de 1467-71 add. MSS. 6390 e 3016, da Biblioteca do Vaticano e da Ambrosiana, estão de modo assombroso a par das descobertas portuguezas na África.

(136). — *Hispanic American Historical Review*, VI, 60.

(137). — *Chronica d'El Rey D. João II*, na *Collecção de Livros de História Portuguesa*, J. Corrêa da Serra, ed. Lisboa, 1792, II, 178.

da Guiné”, o que era proibido pelo tratado de Alcáçovas (137). E’ pena que não conheçamos mais pormenores dessa conversa entre Colombo e o seu real hospedeiro. Mas pelo breve relato do cronista offiical da côrte, é evidente que a narração do Almirante, segundo a qual êle teria descoberto Antilha e Cipango (o Japão de Marco Polo), não impressionou fortemente o rei D. João II que acreditava que o seu hóspede genovês apenas havia tocado furtivamente em algum ponto da costa da Guiné. Ora, se os portugueses já tivessem realmente feito descobertas transatlânticas, essa seria a ocasião de seu rei defendê-las. O sigilo teria sido completamente inadmissível”.

“As bulas do papa Alexandre VI pró-Espanha, pouca coisa reservaram no Atlântico às futuras descobertas dos portugueses. Deixaram mesmo de salvaguardar sua rota pelo sul para as Índias. D. João II protestou imediatamente e o resultado foi o famoso tratado hispano-português de Tordesillas (1494) estabelecendo a linha de demarcação 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Êste tratado tem também servido de argumento, pelos adeptos da escola de sigilo, para provar que D. João II havia encontrado algo a oeste da linha de demarcação e o estava defendendo. Mas em realidade, tanto a Espanha como Portugal firmaram êsse tratado sômente para reservar hemisférios a futuras descobertas. No complemento de 1495 do tratado de Tordesillas, D. João consentiu em adiar o estabelecimento da linha de demarcação, até que alguma ilha ou terra firme fôsse descoberta no Atlântico, tanto na zona portuguesa como na espanhola (138). Êsses fatos não demovem os partidários do sigilo. Alegam êles que D. João ainda estava cuidando de conservar em sigilo o descobrimento do Brasil. Com outras palavras, pedem-nos para acreditar que o rei, que não era um idiota, deu ao sigilo tal importância, a ponto de guardar segredo sôbre suas descobertas, ao firmar um tratado que repartia descobertas. Sigilo nestas circunstâncias não teria sido política, mas simplesmente pura imbecilidade”.

“Nenhuma “política de sigilo” impediu que muita coisa fôsse conhecida e publicada no estrangeiro sôbre as viagens de Gaspar Côrte Real à Terra Nova, em 1500 e 1501 (****). Os mapas de Cantino, Canério, King e Oli-

(138). — Veja o capítulo III, onde estas negociações são tratadas mais promenorizadamente.

(****). — *Nota do tradutor.* As viagens de Gaspar e Miguel Côrte Real às regiões setentrionais da America em 1500 e 1501, autorizadas pelo rei D. Manuel por carta de doação de 12 de maio de 1500, foram clandestinas, visto que êsses navegantes invadiram zonas privativas da Espanha, garantidas pelo Tratado de Tordesillas. Apesar de tôdas essas circunstâncias evidenciando a a necessidade de ser mantido o máximo sigilo sôbre tais viagens, não pôde o govêrno português evitar que a notícia fôsse bastante divulgada em Lisboa. Tanto isso é verdade que, apenas decorridos 9 dias após o retôrno a Lisboa

veriana de 1502-1503, todos portugueses ou provenientes de fontes portuguesas, dão informações detalhadas sobre elas, tanto sob forma gráfica como em legendas (139); a crônica oficial desse reinado descreve com certas minúcias as descobertas de Corte Real (140). Das autoridades daquela época, nenhuma se refere a qualquer descoberta portuguesa anterior a 1500 nessa região, sendo que a viagem de Caboto, em 1497, dá a Inglaterra boa base para contestar a pretensão portuguesa. Uma “política de sigilo”, neste caso, teria sido verdadeiramente uma péssima política”.

“Na realidade sabemos mais sobre as viagens de Corte Real do que a dos ingleses nessa mesma década à Terra Nova. Levando-se em consideração esses conjuntos paralelos de viagens, as dos portugueses e a dos ingleses, pode-se explicar diferentemente, sem recorrer ao sigilo, a decepcionante pobreza de informações sobre as tentativas portuguesas para descobrir terras ao Ocidente”.

“Apesar do grande interesse, desde a época de Richard Hakluyt, pelas viagens de Caboto e a sua importância para a história inglesa, canadense e dos Estados Unidos, pouca coisa se conhece sobre elas através de fontes inglesas, mesmo depois de um século de intensa pesquisa. A maior parte de nossa informação ainda provém de cartas de estrangeiros e do mapa de Juan de la Cosa. Um mercador veneziano de Londres escreveu para a sua terra natal que “Zuam Talbot”, que os ingleses chamavam de “o grande almirante”, após o regresso de sua primeira viagem, começou a se vestir de seda e era apontado como um louco (141). Se considerarmos a pouca referência que sobre ele fazem os cronistas ingleses, nós podemos certamente concluir que também existiu uma “política de sigilo” dos Tudors. Não existe uma carta, nem mesmo uma assinatura de João Caboto, nem mesmo sabemos quando e em que lugar morreu. Sua segunda viagem, a de 1498, pode ser reconstituída apenas por hipóteses, com as quais não existem dois historiadores que estejam de

de uma das caravelas da expedição que partira para o Novo Mundo no verão 1500, escreviam dando detalhadas informações sobre o resultado da viagem, em 17 de outubro de 1501 Alberto Cantino, e em 18 do mesmo mês e ano Pedro Pasqualigo, repetivamente a Hercule D'Este, duque de Ferrara e à Senhora de Veneza.

- (139). — Veja, com relação às legendas e reproduções de mapas, além de outras fontes sobre as viagens dos Corte Reais, Henry Harrisse, *Les Corte Real*, Paris, 1883; H. P. Biggar, *Precursors of Cartier*; F. Nansen, *In Northern Mists*; e E. L. Stevenson, *The Marine World Chart of Nicolo de Canerio* (N. Y., 1908). Canerio é particularmente incisivo: “Esta terra é descoberta por mandado do meu alto excelentíssimo príncipe Rei Dom Manuel Rei de Portugal a qual descobriu Gaspar Corte Real”.
- (140). — Veja página 70 onde está transcrita a narração que Góis faz da viagem de Gaspar Corte Real.
- (141). — H. P. Biggar, *Precursors of Cartier*, pp. 13-14.

acôrdo (142). E sôbre as viagens feitas por um consórcio anglo-português de Bristol, entre 1502 e 1505, não temos nenhuma documentação, exceto insignificantes recompensas dadas pelo rei aos descobridores da nova terra e pensão aos aventureiros sobreviventes (143). Richard Hakluyt ao investigar estas viagens antigas de descobertas e tráficos dos inglêses, encontrou a mesma difficuldade que teve o historiador português Barros, para obter informações sôbre as antigas *gesta Lusitanorum*".

"As razões dessa falta de prova são, sem dúvida, as mesmas, tanto num país como no outro: — falta de interesse por parte dos cronistas e outros letrados seus contemporâneos; incapacidade em preservar cartas, recibos e documentos legais que pudessem nos auxiliar a reconstruir a narrativa. E' pura fantasia concluir pela ausência de provas, que descobertas importantes devem ter sido feitas e que funcionários reais conseguiram silenciar os marujos, expurgar as crônicas das notícias inconvenientes e destruir secções dos arquivos reais, a fim de encobrir ao Velho Mundo o que os portuguezes descobriram no Novo. Havia razão para agir assim a respeito das minas de ouro e dos escravos da Guiné, já que Portugal havia obtido publicamente direitos exclusivos, mas supor que os portuguezes deliberadamente ocultaram descobertas no Novo Mundo e basearam seus direitos sôbre essas terras em viagens efetuadas no ano de 1500, quando na realidade foram descobertas anos antes, seria tão razoável como para os inglêses suprimir tudo o que sabem sôbre João Caboto e fundamentar o direito inglês sôbre a América do Norte nas viagens de Frobisher e de Gilbert".

*

* *

Atendo-se à "política de sigilo", procura Cortesão nos convenções de que, com instruções de D. João III, muito bem informado pelos *Serviços Hidrográficos do Estado*, trouxe Martim Afonso de Sousa, ao desferrar para o Brasil em 1530, o fito perfeitamente bem determinado de fundar, juntamente com São Vicente, aquilo que hoje se chama *São Paulo*, sabendo que assim assegurava para o domínio português a posse das regiões do ouro e da prata, situadas no Oeste sul-americano, sendo que *São Paulo* seria a *capital geográfica do Brasil*.

No entanto, quando em 1549 recomeçou a ação direta de Portugal para a colonização do Brasil, fundada foi Salvador na Bahia para ser a capital da colônia.

(142). — Williamson, *Voyages of the Cabots*, pp. 176-84.

(143). — *Idem*, pp. 37-38, 66-67, 204-18.

E' ainda arrimando-se na "política de sigilo" que êste historiador portuguez tenta provar que os bandeirantes nas suas correrias pelos sertões, obedecendo ordens secretas da metrópole, visavam recuar o mais possível para Oeste o meridiano estabelecido em Tordesillas e, *ipso facto*, tinham por escopo ampliar a superfície territorial da então colônia com prejuízo de Castela, não passando, portanto, de mero pretexto o apresamento do gentio e a procura de ouro!

Agora que os leitores têm uma segura idéia do processo *sui generis* de Jaime Cortesão fazer história, poderão julgar se nos convêm adotar o seu método de tudo explicar pelo "política de sigilo" dos monarcas portuguezes, o que certamente nos conduzirá a valorizações fantasiosas de homens e fatos.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

da Sociedade de Estudos Históricos e da Société des
Américanistes de Paris.